

LUGAR DE BIXA AFEMINADA, AFRO-INDÍGENA, POBRE E DA PERIFERIA É NA UNIVERSIDADE

José Amaro da Costa¹
Iran Ferreira de Melo²

Resumo

Este artigo pretende realizar algumas discussões sobre a teoria queer na Educação, envolvendo gênero e sexualidade periféricas na Universidade. Para tanto, seguiremos com dois pontos que movimentam o pensamento articulado. O primeiro ponto trata de aspectos governamentais, legais, da militância e da linguagem mais inclusiva para esses corpos, tendo a teoria queer como pano de fundo. O segundo ponto é um olhar pedagógico queer na universidade, parecendo uma chave perfeita que relaciona a teoria e a prática dos saberes construídos pelas ciências no atendimento às necessidades de um grupo populacional tão aliado socialmente. Por fim, há uma análise do testemunho sobre as violências de um estudante que experimenta, na sua relação acadêmica, a passabilidade de uma performance de gênero, raça, classe social considerada abjeta.

Palavras-chaves: teoria queer, educação, violências universitárias

Introdução

Os últimos anos têm presenciado muitas ações ativistas em prol de pessoas que possuem gênero e sexualidade periféricas. Essa realidade configura uma rede de práticas sociais que revela múltiplas vozes dissonantes em embates que não se restringem ao Direito, à política governamental ou à militância de coletivos LGBT organizados, mas envolvem todos os setores da vida social, como a família, a escola, as religiões, a mídia, a Saúde e a ciência.

Trata-se de uma mobilização que tem se revelado como arena na luta pela democratização dos significados de aspectos importantes para a formação cultural e para a garantia de direitos sociais, posto que o problema da exclusão que essas pessoas sofrem é historicamente multicausal e tem efeitos também de diversas

¹ Doutorando em Educação na Universidade Nacional de Rosário – Argentina e pesquisador do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais da UFRPE. joseamar@globo.com

² Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo. Professor de Linguística da Universidade Federal Rural de Pernambuco, onde coordena o Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais. iranmelo@hotmail.com

naturezas, estando, assim, longe de ser tão só legal; é, mais do que isso, é um problema ético.

Nesse cenário, um grande protagonista de tal processo pode ser o exercício de algumas universidades em abordar o assunto nas ações de aplicação dos conhecimentos juntos à comunidade local. Práticas assim têm ganhado bastante visibilidade atualmente, a ponto de suscitar mudanças na dinâmica institucional de universidades, na formação docente e na vida das pessoas em geral.

Suas estratégias incorporaram, entre outras coisas, a difusão de uma linguagem mais inclusiva para pessoas LGBTQ+, formação de profissionais de educação, questionamento sobre a demanda por direitos através do Judiciário, o esforço pelo controle social da formulação e implementação de políticas públicas, a produção de material didático sensível às diferenças humanas etc. Além disso e não menos importante, esse trabalho acadêmico fomenta práticas de políticas lúdicas, como saraus, festivais e mostras de arte, todas problematizando as violências que pessoas dissidentes de gênero e sexualidade sofrem.

Com ações universitárias assim, está em causa a sensibilidade para os afetos e desejos que extrapolam as normas da heteronormatividade, assim como para as diversas conexões entre sexo, gênero e comportamentos eróticos na definição da pessoa e seus direitos. Nessa conjuntura, o quanto avançamos? Nesta apresentação, propomos uma reflexão sobre o assunto a partir da análise de um relato de estudante que experimenta, na sua relação acadêmica, a passabilidade de uma performance de gênero considerada abjeta. Um olhar pedagógico queer na universidade, portanto, parece uma chave perfeita que relaciona a teoria e a prática dos saberes construídos pelas ciências no atendimento às necessidades de um grupo populacional tão alijado socialmente. Com um exemplo assim, podemos caminhar melhor para uma mudança social que permita um mundo com mais amor e justiça. Para, então, começo de conversa, vamos apresentar uma defesa de gênero como efeito das práticas discursivas, perspectiva enquadrada no que convencionamos por Teoria Queer

Gênero e Teoria Queer

Gênero pode ser entendido como o conjunto de normas por meio do qual somos reconhecidas e reconhecidos desde que nascemos, ou até antes. Tais normas compreendem o cumprimento de hábitos culturais tácitos (como se vestir, que nome usar, como falar etc.). As expressões de gênero são lidas e reconhecidas por meio dessas normas. Isso quer dizer que nos enquadrados em escolhas, imagens, traços de conduta, entre outras coisas que nos aproximam das expectativas sociais em cumprirmos tais normas. Algumas pessoas encarnam essas normas e se conformam a elas; outras resistem; outras ainda as detestam, mas se adaptam a elas; e tem aquelas que brincam de ambivalência com elas.

Costumamos repetir essas normas, ao longo do tempo, citando e reiterando suas performances. Nesse sentido, criamos regularidades dessas normas em nossos corpos a ponto de que, no decorrer de nossas interações e de toda a nossa vida, elas nos deem efeitos de serem essenciais e naturais e nos provoquem a ilusão de que somos alguém, versões originais da realidade cujas identidades seriam cópias de dois modelos de vida: o masculino e o feminino (que são assimétricos e implicam não só uma diferença hierárquica nas relações sociais, mas também uma diferença funcional, de definição e representação).

Judith Butler (1993) afirma que não são as identidades as cópias, mas as próprias regularidades são as verdadeiras cópias que criam a ideia de que existe um original a ser copiado. Entendemos o regime que sustenta essas regularidades como sendo binários, sem qualquer outra possibilidade tida como saudável. Para uma crítica a esse regime, nasce uma série de teorias que buscam analisá-lo, encaixada no que costumamos chamar de Teoria Queer, ou estudos queer.

No Brasil, assim como não chegou a se institucionalizar uma área de estudos gays e lésbicos, também não existe propriamente uma área de estudos queer, pelo menos não no mesmo sentido em que ela existe em outros países, sobretudo na academia estadunidense.

O significado da palavra “queer” é extremamente difícil de traduzir em português e, entre nós, para além de alguns círculos de especialistas, a expressão se divulga “empacotada” em seriados americanos e ingleses (como *Queer Eye for the*

Straight Guy ou Queer as Folk). Significando, segundo o dicionário Oxford, esquisito, estranho, singular excêntrico, a palavra faz parte do arcabouço de qualificativos estigmatizantes com os quais, na linguagem comum, delimita(va)-se o lugar socialmente desvalorizado (misto de desonra, perversão e pecado) que a homossexualidade – e, nesse caso, sobretudo a homossexualidade masculina – deve(ia) habitar.

Não se pode, entretanto, traduzir queer como sinônimo de “homossexual”, uma vez que a expressão se referia particularmente a homens que transgrediam as convenções de gênero (“afeminados”, como se diz no Brasil), podendo potencialmente recobrir uma gama ainda mais extensa de práticas e identidades situadas na base das hierarquias sociais de sexo e de gênero. Além da valorização de uma certa marginalidade heróica e fortemente crítica das estratégias políticas voltadas para a conquista de direitos e liberdades civis para gays e lésbicas, uma Teoria Queer se caracteriza por um antiessencialismo radical e pela recusa ao fechamento identitário no plano da orientação sexual e do gênero (CARRARA & SIMÕES, 2007).

É com a Teoria Queer como pano de fundo que falamos um pouco de uma educação queerificada e de sua repercussão contra os regimes de controle contra os corpos na próxima seção.

Por uma Educação Universitária Queer

Admitindo que educação é um tema que interessa a todos e todas, nela se fazendo presente políticas, ideologias e práxis educativas por onde se consolidaram formas de promover conhecimentos, é também geradora de desconfortos quando utiliza direta ou indiretamente mecanismos de opressão na estrutura, metodologias ou na aplicação de diretrizes equivocadas, como por exemplo deixar de lado, sufocar e até certo ponto violentar a diversidade dos corpos queer. Nesse aspecto, elegemos o conceito da diversidade utilizado o entendimento de um pensador queer como referência sobre a temática:

[...] A noção de diversidade busca compreender as demandas por respeito, por acesso e direitos por parte de pessoas que historicamente não tiveram, esses direitos reconhecidos, como negros, povos indígenas, homossexuais, mas de forma que esses direitos particulares

sejam reconhecidos dentro de um contexto institucional universalista (MISKOLCI, 2013, p. 50).

Ao pensamento do autor mencionado agregamos aqui um olhar com outros componentes no que se refere à diversidade na Educação Universitária Queer, que deveria voltar-se também na contemporaneidade no que se constitui multifacetado, combatendo dessa forma violências por regionalidades, gênero, orientação sexual, idadeísmo³ e os conflitos geracionais (juventude, envelhecimentos e longevidade), relações sociais racializadas, etnicidade, nacionalidade, pensamento social e outras categorias produtoras da diferença.

Na Educação Universitária, muito ou a totalidade do que foi apresentado ainda não se aplica em muitas das instituições de ensino, além de estar acrescida da outorga velada ou explícita de um pensamento dominante, que argumenta e se blinda sob a égide da ciência, ao sublimar nas suas justificativas fetichizantes de aportes tais de eventos, e de atuar fora de uma educação integral, humanista, intimamente conectada com as demandas sociais. Diante desse racionalismo imperativo, assistimos os avanços na organização de conhecimentos ocorridos desde o final do século XI, seguidos dos séculos XII e XIII, que fizeram emergir um dos eventos mais significativos da alta idade média europeia: o surgimento das universidades (1088 – Bolonha – Itália; 1096, universidade de Oxford – Inglaterra; Universidade de Paris – França em 1170 e a Universidade de Cambridge – Inglaterra em 1209). Estas se constituíram desvinculadas da descendência direta da Academia de Platão e se vinculavam à forte influência da igreja católica e da corte real. Em outras palavras, se originaram como consequência das escolas monásticas e catedráticas, voltadas para o mundo masculino compondo *uma instituição com bases no pensamento “medieval em que a supremacia masculina imperava” o que explica a luta atual de pensar uma universidade diferente dessa que foi originada, inclusiva, democrática em acesso e possibilidades de existência.*

Para subverter tal lógica, sugerimos uma via queer na desconstrução permanente dessa educação hegemônica perpetuada em parâmetros eurocêntricos, burgueses e não diversos, cujo viés de transformação na **Educação Universitária Queer** passa por

³ O idadeísmo vem do inglês “ageism” que é o preconceito etário, especialmente contra pessoas mais velhas. Vem sendo cada vez mais denunciado. Para conhecer mais, indicamos a dissertação de mestrado “O idadeísmo sob a escuta dos idosos” de Ana Carla Nogueira de Sousa Guedes, defendida na PUC-SP em 2016.

envolver pedagogias de-generadas, pedagogias antinormativas (Flores, 2018), pedagogias transgressoras (Hooks, Britizman, 2017), pedagogias dissidentes (Alegre-Benitez, 2013), pedagogias transfronteirizas, pedagogias subversivas (Pié y Planella, 2015) e pedagogias trans* formadoras (Platero, 2018) mencionadas por Flores (SAINZ, 2020, p. 13).

Dessa ampliação, fica claro que estamos rompendo com uma pedagogia tradicional e mergulhando em espaços que privilegiam dinâmicas curriculares, professores abertos e espaços mais diversos. Certamente uma Pedagogia **anti-normativa** é temida e rejeitada por muitos em virtude de se perturbarem com uma vida e com uma educação fora dos campos de certezas e controles. Algo fomentado fora da norma proposta, que de acordo com a ativista e acadêmica argentina Valéria Flores, consiste no seguinte:

[...] Uma pedagogia anti-normativa/cuir⁴ não se imagina como um corpus estabelecido de conteúdo, mas como um gesto e linguagem de uma economia de ruptura de processos sexuais, raciais, de classe e outros vetores de diferenciação,

Complementa

[...] Pensar em uma pedagogia anti-normativa/cuir envolve, entre outras coisas, refletir sobre a heterossexualidade como um regime de inteligibilidade dos corpos, ou seja, como um modo hegemônico de conhecimento que modela nossa interpretação dos corpos e, ao mesmo tempo, prevê a possibilidade de pensar e vivê-los de outra forma (FLORES, 2018, p.24-32)⁵

Diante disso, esse ordenamento presente na universidade me direciona a pensar em algo disruptivo na universidade através de três possibilidades: avanços no uso da **linguagem inclusiva**, atenção aos aspectos da **interseccionalidade** e o **giro decolonial**. Essas se apresentam como chaves de elaboração e desenvolvimento de um novo processo educativo, questionando as condutas assimiladas por um ordenamento fixo e que não mais se sustenta para as identidades. Estas cada vez mais subversivas, fluidas e que já se aproximam em número cada vez maior do “*campus* universitário” como estudantes e professores travestis, transsexuais e não binários.

⁴ Cuir – é assim que a autora utiliza em espanhol, seu idioma, em sintonia com movimento de decolonialidade em substituição ao queer (de origem anglo-saxã).

⁵ Tradução livre da autora a partir da publicação original em espanhol.

Entendemos que esse avanço vai se respaldar nos caminhos da **pedagogia transgressora** de bell hooks, cujas práticas nasceram da interação entre as pedagogias anticolonialista, crítica e feminista. Ao debater a transgressão pela Pedagogia engajada a autora se refere a “ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e íntimo” (HOOKS, 2017, p.20-25).

Pensamos também transgressão respondendo a um entendimento produzido por gesto político para explicitar e notabilizar as vidas invisíveis em movimentos que consistem em práticas afirmativas das diferenças e da inscrição dos considerados corpos abjetos, indesejados e estranhos na sociedade; gesto que confere resistência e ao mesmo tempo visibilidade aos invisíveis, atravessando contextos políticos, históricos, culturais negacionistas dessas diferenças do grupo denominado ou assim considerado “estranhos internos à sociedade” (BUTLER, 2016; LOURO, 2004, 2011; MISKOLCI, 2017). Mas não só. A Universidade precisa romper com processos normalizantes, desconstruir entendimentos e transformar-se de maneira significativa em um espaço livre, não violento e nutritivo para os dissidentes, e sem categorizar, mas como marca de valorização e de política de afirmação se permitir a viver uma universidade queerizada.

Olhares de um corpo insubmisso na universidade

Toda a complexidade anteriormente apresentada será exemplificada a partir daqui mediante fragmentos do testemunho de aluno universitário gentilmente cedido aos autores deste artigo por meio de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento sobre violências de orientação sexual e identidade de gênero na Educação Universitária do Recife, como **estudante de Enfermagem em uma instituição privada elitista do Recife, gay afeminado, afro-indígena, pobre, morador da periferia na região metropolitana, atualmente desempregado, e sofredor de algumas violências (verbal, social, racial, homofóbica) entre outras.**

Longe de qualquer vitimismo apresenta situações de impacto na sua história de vida que abordamos inicialmente por meio da violência que na sua compreensão ocorre da seguinte forma:

“Para mim violência, é o que eu escuto de ruim a meu respeito e o que acontece quando a gente não espera a maldade e nem concorda que ela ocorra. Isso se passa nos

lugares e se passa também com amigos, vizinhos e a sociedade de forma geral. Posso citar por exemplo situações do meu último emprego, inclusive fui demitido de lá recentemente. Mesmo convivendo lá com desrespeito e violências, a situação de desligamento da empresa me deixa muito preocupado e me perturbando sobre quando vou arranjar outra oportunidade? A pandemia atual vai dificultar e as coisas vão ficar ainda mais difíceis. Lá nesse emprego que estou me referindo eu era alvo de piadinhas pelos colegas. Aliás, piadinhas eu sempre escutei de diversas fontes, tanto aqui na periferia onde vivo, e em outros locais que círculo. Já cheguei a apanhar e levar gritos do nada na rua. É barra!”

Nessa parte, identificamos os primeiros impactos e as sequelas que surgem através do desrespeito e também através das violências no seu último emprego, de onde já foi demitido, e no momento está tensionado pelo temor do presente/futuro com a pandemia no que se refere à escassez de oportunidades para poder sobreviver e concluir o curso. Destaco aqui também a frase final de levar gritos e apanhar na rua.

De tal forma poderia me dedicar a falar de violências físicas e psicológicas aqui, mas, como esses episódios ocorreram fora da universidade, ou seja, de natureza externa, não serei omissos nesse caso, já que alguns deles coincidem com o período da graduação. Nesse momento tais eventos constituem um fenômeno significativo na vida do estudante, e não há como pensar educação universitária humanista, integral apartada da realidade. E que as violências apresentadas mesmo não geradas internamente na universidade possam não interferir na formação desse estudante, quando somos indivíduos sócio-históricos e político-culturais.

O que se sabe é que a violência é um tema que requer urgência e atenção quando falamos de educação humanizada, por ser um dos fatores de riscos sérios no processo emocional, comportamental e social do indivíduo. Vale mencionar também que os efeitos da exposição à violência podem ser traumáticos ou meramente lembrados como o fez o estudante. Até onde consegui acessar, se utiliza de vários recursos mentais necessários para lidar com tais eventos, sem interferir na sua autoconfiança e nem na sua autonomia no dia-a-dia.

Nessa ótica é que vou me apropriar livremente e avançar com outras falas do estudante sobre a violência estrutural através de sua experiência. Na percepção desse estudante, a violência estrutural se inicia a partir da estrutura de segurança no portão que dá acesso aos espaços internos da universidade que contrariamente lhe gera insegurança e desapontamento ao deparar-se com **vigilantes preconceituosos** assim

mencionado: “*Um desconforto que registro fica com alguns seguranças me passando a ideia de repressão o tempo todo*”. Durante o testemunho não apresentou maiores detalhes sobre essa condição.

A sensação do estudante sobre preconceito e repressão narrado como desconforto possivelmente se associam a outros contextos que atravessam sua vida, pois as pessoas de pele negra que mantêm proximidade ao seu porte físico, relatam cenas de discriminação e medo por parte da sociedade, cenário construído por uma herança racista ainda perpetuada.

[...] o negro é o escravizado, beberrão, vadio, ladrão de galinha, bronco, indisciplinado, monstro, estuprador, de atos bestiais, ou seja, um animal feroz, um selvagem, um criminoso irrecuperável (TENÓRIO, 2005p. 54).

Os estigmas trazidos pela autora são presenciados no discurso da sociedade, na mídia em alguns momentos e reforçam a carga atravessada, ou melhor, explica um pouco o desconforto e as sequelas apresentadas pelo estudante no seu dia a dia ilustrada com os seguranças do portão de entrada da universidade onde estuda.

Avançarei na narrativa da entrevista ampliando e mencionando novo impacto mediante o desconforto do estudante em outros espaços da instituição, que mesmo não ocorrendo na totalidade, ao se apresentarem ativam seus marcadores sociais, que, na percepção dele são explícitos, e o leva nessas ocasiões a um campo de dor, como por exemplo espaços que requerem contatos necessários na jornada de um curso, secretaria, biblioteca e são causadores de mal estar, lembrando aqui da **equipe administrativa**:

“Minha experiência na Universidade é mista. Sou bem recebido por muitos profissionais nos diversos espaços da universidade e convivo também com muita má vontade de outros, como por exemplo na secretaria. Lembro aqui que a instituição abriga na sua equipe um perfil muito diferente do meu. A equipe de funcionários são pessoas brancas e a meu ver pertencente a uma classe burguesa, elitizada e dominante. A ideia que carrego de lá é que pobres devem procurar estudar na Faculdade Joaquim Nabuco, que é do mesmo grupo, mas voltada para atender a camada popular”.

O testemunho vai ganhando vigor e se aproximando de outras questões que lhe trazem mais impactos, dessa vez em virtude de sua orientação sexual interseccionada pelo racismo sistêmico por ele vivenciado. E essa percepção atenta desse jovem estudante sobre a sua realidade numa combinação multifatorial, interseccional não desperta estranhamento porque sua vida desde a infância foi sempre marcada por luta e

superação, por isso ativa um potencial para subverter essa lógica estrutural instalada e utiliza sua força e o seu potencial objetivando movimentar-se socialmente através da educação. Algo muito forte no processo de formação apareceu que é o reconhecimento das lacunas tanto nos aspectos teóricos quanto de práticas laboratoriais. Reconhece ser um aluno dedicado e talvez por isso esteja também sendo muito rigoroso consigo, mas deixa claro que não deu conta de suprir e atender todas as exigências com aquisição de materiais e bibliografias essenciais. O peso das limitações financeiras o coloca em condições desfavoráveis para a largada profissional.

“É claro que percebo o preconceito comigo, que não sei muitas vezes a que estão vinculados se é por eu ser gay não incubado, de origem afro-indígena, negro, pobre ou sei lá mais o que..., por isso procuro usar a minha energia pra focar em algo bom e me esforçando sempre para ser muito bom no que estou cursando, que eu elegi e para que eu venha a desempenhar bem minha profissão após a conclusão do curso, que está próximo, mas reconheço que tenho muitos gaps da formação de teorias e de práticas”.

Ao mencionar sua origem afro-indígena o estudante já acumula sequelas e conhece outras dificuldades inerentes de sua origem racial e que são explicitadas no pouco convívio nos cursos de saúde com outros alunos negros e indígenas, efetivamente ainda são uma parcela muito pequena, ou seja, mais um golpe nas relações sociais de dimensão psicossocial pela falta de paridade na identificação com similares, o mesmo que se passa com bell hooks:

Quando entrei no contexto universitário pela primeira vez, me senti uma estranha nesse novo ambiente. Como a maioria dos meus colegas e professores, a princípio acreditei que esse sentimento se devia à diferença de origens raciais e culturais. Entretanto, à medida que o tempo passava, cada vez mais se evidenciava que esse estranhamento refletia, em parte, as diferenças de classe social.

[...] Pouco se discute – se é que se discute – o modo com que as atitudes e os valores das classes materialmente privilegiadas são impostos a todos por meio de estratégias pedagógicas tendenciosas.

[...] Até os professores universitários que adotam os princípios da pedagogia crítica (e muitos desses professores são brancos e do sexo masculino) conduzem suas aulas de maneira a reforçar os modelos de decoro burgueses. (bell hooks, pp.238-240, 2017)

Essa diferença de classe avança em outros espaços da área de saúde que estudante faz parte. Aproveito para mencionar uma situação aparente de racismo sistêmico instalada nos centros hospitalares de referência da cidade do Recife, onde quase não

apresentam em seus quadros enfermeiros profissionais dessa raça. É por que inexistente, ou por que não se contrata?

Em seu testemunho, o estudante relembra outro acontecimento e como foi impactado, convidando-nos a pensar na questão da dominação, do poder e da geração de subalternidades na universidade, experienciada numa atividade remunerada oferecida pela instituição. E como o estudante agarra todas as oportunidades, se vira no que aparece para sobreviver foi afetado em algum grau, não importa aqui a intensidade, por agentes repressores no caso o gerente de eventos que julgava necessária as ações para reprimir liberdades e fabricar docilidades nos corpos pensados como “ em desordem” ameaçadores ao padrão da instituição..

O entrevistado rememora bem esse acontecimento da seguinte forma:

Falando em padrão tem um episódio na universidade para registrar. Para sobreviver e continuar estudando procurei participar de algumas atividades que me remunerassem e tive a oportunidade de atuar num desses grandes congressos e que bombava. Chego eu com esse perfil para atuar no congresso de Exatas em Boa viagem. Ai sim eu me dei conta da pressão que estava submetido que hoje chamo de pressão psicológica, onde para atuar no credenciamento, a gerente do evento do grupo educacional – me chamou e informou que não podia atuar com ninguém ou nada fora do comum. e eu de cabelo solto iria incomodar. Para continuar ali eu teria que no mínimo prender o cabelo. O mesmo se repetiu inclusive em congresso de minha área, da saúde. Estou falando do segundo semestre de 2019, muito recente – e veja o que aconteceu.

Essa parte do testemunho do estudante sugere que a estrutura e o ambiente social da universidade podem impactar na formação durante a graduação que é mediada por uma construção sócio histórica cultural e política. Quase no final do curso a experiência do estudante na área de saúde revela fragilidades na formação e o leva a desenvolver temor com o seu futuro profissional, embora reconheça que sua limitação financeira interfere nas condições e possibilidades de acesso a livros e materiais próprios.

Ao longo da entrevista, o estudante lembra do perfil de alunos de sua turma e do curso e de um modo geral de toda universidade a qual está vinculado. Ele se ressentia da inexistência de uma política inclusivista social e de orientação sexual mais firme por parte da instituição bem como a apatia dos alunos de sexualidades dissidentes como elo de união e de luta. Rememora assim a baixa integração dos alunos gays, a falta de engajamento para reivindicar e lutar por mais escuta na universidade e na sociedade e

também ressalta os poucos espaços que ele mesmo teve como aluno da diversidade com orientação sexual assumida publicamente bem como de uma experiência real de cidadania enquanto estudante. Também nessa parte apresentou um componente importantíssimo nas discussões conceituais de lugar de fala (seu lugar será sempre o mesmo para apresentar as suas ideias) o que falta mesmo e local, oportunidades para apresentar do seu lugar as inquietações, por isso usa a expressão “local de fala”. Traz também na fala a falta de apoio e a expulsão dos familiares, os sofrimentos, violências quanto a orientação sexual.

Acredito também que se os estudantes gays fossem mais unidos e usassem a sua energia para se especializar, reivindicar mais respeito, cooperar, teríamos mais vez e voz na universidade e em outros locais desse país. Sei de situações temidas como a dos pais que abandonam e rejeitam seus filhos por serem gays e de outras pessoas que foram expulsas de suas famílias por esse mesmo motivo. É muito complicado.

E ainda tem os que não assumem publicamente, que é uma outra longa questão.

Eu pelo menos se não tenho muito local de fala (expressão que prefiro usar do que lugar de fala) destaque, vejo que quando acontece uso bem, é o caso de que ocupei com destaque ao fazer uma palestra, por sorteio para a comunidade da Nassau sobre diversidade. Me sinto criativo, porém com pouco espaço.

Percebo aqui o distanciamento de uma universidade “plural, queer” e ao mesmo tempo uma universidade que a diferença com todo respeito aos diversos saberes seja o potencial do aluno e “*não o poder aquisitivo*”, que tenha conhecimento sistematizado sobre a realidade do aluno, “*como vive, como mora, como adoece, como trabalha*” elementos essenciais ao se pensar em educação integral, mediante a necessidades de uma proposta *pluricurricular e humanizada* antes de focalizar exclusivamente a grade do curso.

Considerações finais

Somos sabedores que desde a expansão da educação universitária no Brasil, que ela integra um contexto capitalista em que as faculdades, centros universitários, universidades privadas são empresas, algumas de grande porte, inclusive com ações em

bolsa de valores, com objetivo claro do lucro, possuem imunidade/isenção fiscal com adesão aos programas governamentais federais como o ProUni⁶ e o Fies⁷.

O acesso de estudantes carentes nessas instituições, principalmente em cursos mais onerosos poderiam se constituir em um marco significativo no combate às desigualdades. Isso é o que quase sempre não ocorre, onde no testemunho apresentado o estudante se sente incomodado com o desprestígio que goza frente a esse universo, mesmo estando próximo de concluir o curso registra as amarguras no seu processo de formação. pelas palavras do estudante ele é um corpo indesejado, de certa forma abjeto (Butler). O perfil que ele ostenta é muito mais adequado para outra instituição do grupo a qual está vinculado, por estar marcada e caracterizada como universidade para abrigar alunos da baixa renda com mensalidades menores e estrutura mais simples.

É preciso repolitizar a universidade e sensibilizá-la para promoção do respeito a diversidade, e que a situação de um gay, afro-indígena seja um elemento agregador nas políticas e relações socioeducativas. No contexto apresentado, o estudante não se sente à vontade para ser quem verdadeiramente é. Nessa universidade ele convive com experiências de insultos indiretos e registra um processo de ajustamento nos eventos acadêmicos na sua forma de usar cabelos longos, ser afeminado e romper com um padrão predominante, de pessoas cis, binárias, brancas, elitista. Esses marcadores sociais continuam sendo utilizados como forma de opressão e se constitui em um processo de subalternização ou até mesmo de docilização dos corpos (expressão de Foucault).

Referências

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of sex. New York: Rotledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do sexo. In:

⁶ Prouni - O Programa Universidade para Todos do Governo Federal tem como objetivo conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior.

⁷ Fies- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior é um programa do Ministério da Educação do Brasil, criado em 1999, destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas

LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CARRARA, S.; SIMÕES, Julio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**. n. 28, jan-jun. p. 65-99. 2007.

FLORES, V. **Afectos, pedagogías infâncias y heteronormatividad**. Pedagogías transgresoras, bocavulvaria ediciones, Argentina, 2016.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade/bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – 2ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LOURO, G. L. **Educação e docência**: diversidade, gênero e sexualidade. Revista brasileira de pesquisa sobre formação docente, Belo Horizonte, v.3, n.2, jan./jul. 2011.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças** – 3ª ed. rev. e ampl. - Belo Horizonte : Autêntica Editora: UFOP, 2017

OLIVEIRA, João Manuel. **Desobediências de gênero**. Salvador: Devires, 2017

SAINZ, Mercedes Sánchez, **Pedagogias Queer**. ¿nos arriesgamos a hacer outra educación? - 2ª ed. Madrid: Cataata 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TENÓRIO, Valquíria Pereira. **Uma interpretação do “Baile do Carmo”**: memória, sociabilidade e identidade étnico-racial em Araraquara. 2005. 166f. Dissertação (Mestrado)- Programa de pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara. 2005.